

ação na mídia

Análise da cobertura de educação



Edição nº4 - 19 de setembro de 2006

veja as
edições
anteriores

“Todos pela Educação” ganha espaço, mas diferença com relação ao PNE não é abordada

Na semana de 4 a 10 de setembro, ganhou destaque na imprensa brasileira o lançamento do compromisso Todos pela Educação, articulação de empresários e entidades da sociedade civil que propõe o cumprimento de metas para a educação brasileira até o ano de 2022, bicentenário da Independência. Nas palavras de Milú Vilella, do comitê executivo da aliança, em artigo publicado no dia 7 de setembro no jornal *O Globo*, “o Compromisso não deseja intervir diretamente na escola. Sua proposta é ‘qualificar a demanda’ por uma educação básica de qualidade, utilizando estratégias de comunicação que mobilizem e orientem os pais, educadores, líderes comunitários e diferentes públicos relacionados ao universo da educação”.

Os jornais *A Gazeta* (ES), *Gazeta Mercantil* e *Folha de S. Paulo* também publicaram artigos seus. No mesmo dia, *O Estado de S. Paulo* trouxe texto de Vincent Defourny, representante interino da Unesco no Brasil, entidade também envolvida na articulação. *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Isto É* publicaram reportagens sobre o evento e as metas propostas. Já em *O Globo*, o tema foi abordado pelo colunista Merval Pereira.

Divergências nas metas

Vale dizer que as reportagens e artigos trazem divergências com relação a algumas das metas.

Os artigos de Milú Vilella “A partir de agora, todos pela educação”, na *Gazeta Mercantil* e “Todos pela Educação”, na *Folha de S. Paulo*, e reportagem de *O Estado de São Paulo* do dia 7 de setembro apontam os seguintes objetivos:

- meta 1: até 2022, 98% das crianças e jovens de 4 a 17 anos estarão na escola;
- meta 2: toda criança de 8 anos deverá saber ler e escrever;
- meta 3: no mínimo 60% dos alunos deverão aprender os conteúdos apropriados para a sua série;
- meta 4: 80% dos jovens deverão ter completado o Ensino Fundamental até os 16 anos e 70%, o Ensino Médio até os 19 anos;
- meta 5: até 2011, e pelos onze anos seguidos, o investimento em educação básica precisará ser de 5% do PIB.

Já o artigo “A hora de todos na educação”, em *O Globo*, da mesma autora, e reportagem no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 6 de setembro dizem coisas distintas para as metas 1, 3, 4 e 5:

- meta 1: todas as crianças e jovens de 4 a 17 anos estarão na escola;
- meta 3: todo aluno aprenderá o que é apropriado para sua série;
- meta 4: todo os alunos vão concluir os ensinamentos fundamental e médio;
- meta 5: o investimento na educação básica corresponderá a no mínimo 5% do PIB e será bem gerido.

No entanto, nenhuma das duas versões anunciadas pela autora corresponde integralmente ao publicado no site da articulação (www.todospelaeducacao.org.br), que reproduz o texto da segunda versão, exceto em relação à meta 5, para a qual foi adotada redação mais genérica: “*o investimento na educação básica será garantido e bem gerido*”.

Pode parecer uma diferença pouco importante, mas se tomamos o primeiro grupo de metas significa admitir, por exemplo, que 2% de crianças e jovens podem continuar fora da escola ou que é aceitável que 20% dos jovens não precisam completar o ensino fundamental até os 16 anos e 30% terminar o ensino médio até os 19 anos.

Plano Nacional de Educação

Mais importante, porém, é verificar que as reportagens destacaram que, no entendimento dos participantes da nova articulação (que também contou com o apoio de gestores públicos, como o ministro da Educação), a colocação de metas para a melhoria da educação pode ajudar a mobilizar a sociedade em torno desse objetivo. Entretanto, chama a atenção que, em nenhum momento, foi lembrado que o Plano Nacional de Educação – documento que esse ano cumpre cinco anos e que foi amplamente discutido no Congresso Nacional e pela sociedade civil – coloca metas mais amplas de atendimento e investimento educacionais.

Se considerada uma das versões anunciadas por Milú Vilela, a principal diferença seria com relação ao financiamento. Enquanto Todos pela Educação propõe que o investimento chegue a 5% do Produto Interno Bruto até 2011, o PNE determina que, ao final da década, deveriam ser investidos, no mínimo, 7% do PIB. Os jornais destacaram que o ministro Fernando Haddad declarou que a meta de 5% do PIB até 2011 é perfeitamente exequível porque equivaleria a aumentar os recursos em 0,3% anualmente. Já para cumprir o que determina o PNE, União, Estados, Distrito Federal e Municípios deveriam ampliar seus recursos em educação anualmente, à razão de 0,5% do PIB, nos quatro primeiros anos do Plano, e de 0,6% no quinto ano.

Especificamente sobre o tema, seria muito importante a imprensa esclarecer qual é, de fato, a meta estabelecida pela articulação. A mudança de referenciais parece indicar que não há consenso entre os integrantes do grupo, formado por organizações com perfil e missões muito diferenciadas.

Além disso, o PNE estabelece metas para a alfabetização de jovens e adultos, modalidade absolutamente esquecida nas metas do Compromisso Todos pela Educação, pois seu objetivo é mobilizar a sociedade para que “crianças e jovens tenham acesso a uma educação básica de qualidade”. Desde a aprovação do Plano, estão colocados para a sociedade brasileira os desafios de “até o final da década erradicar o analfabetismo” e assegurar até essa data a “oferta de cursos equivalentes às quatro séries finais do ensino fundamental para toda a população de 15 anos ou mais que concluiu as quatro séries iniciais”.

além da pauta

A lei do Plano Nacional de Educação estabelece que a União, em articulação com os Estados, o Distrito Federal, os municípios e a sociedade civil, procederá a avaliações periódicas da sua implementação e que as Comissões de Educação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal acompanharão a sua execução.

O texto completo do Plano Nacional de Educação está disponível na página do MEC: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>.

